
POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E ENSINO DE LINGUAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA

LANGUAGE POLICY AND LANGUAGE TEACHING IN BASIC EDUCATION

Aroldo Magno de Oliveira¹

Resumo: O artigo busca caracterizar as condições necessárias para uma pesquisa em política linguística, a qual foi historicamente constituída no atual ensino de língua e literatura na educação básica. Além da caracterização, põr-se-á em questão se essa política corresponde ou não à expectativa de um ensino de linguagem emancipador ou a um ensino mantenedor da estrutura social e econômica. O artigo ainda busca propor alternativas para um ensino de linguagem que atenda à necessidade de uma formação humana que intervenha na realidade de modo a qualificá-la em todos os sentidos, o que significa a qualificação da vida humana. Os fundamentos teóricos estão assentados nos estudos do sociointeracionismo, na Declaração Universal dos Direitos Linguísticos e na concepção de linguagem como atividade constitutiva. O campo de pesquisa proposto é um conjunto de escolas estaduais do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: *Política linguística; Língua portuguesa; Ensino.*

Abstract: The paper aims to characterize the conditions necessary for a language policy research historically incorporated in current teaching language and literature in basic education. Besides the characterization, will put yourself into question whether this policy corresponds or not to the expectation of a teaching emancipatory language or teaching maintainer of social and economic structure. The article aims to propose alternatives for a language school that meets the need for human formation to intervene in reality in order to qualify it in all directions, which means the qualification of human life. The theoretical foundations are seated in sociointeracionismo studies, the Universal Declaration of Linguistic Rights and the conception of language as a constitutive activity. The proposed research field is a set of state schools of Rio de Janeiro.

Keywords: *Language policy; Portuguese language; Education.*

Introdução

Vimos nos deparando ao longo dos anos com os constantes discursos sobre a decadência do ensino na educação básica, sobretudo nas disciplinas Língua Portuguesa e Matemática. Nesta porque os alunos não conseguem fazer cálculos básicos e naquela porque os alunos não conseguem interpretar e escrever textos, mesmo os mais simples de nossa literatura geral. Decerto que há um problema que já vem sendo pesquisado com bons resultados, os quais demonstram que o problema central está relacionado às políticas públicas de educação e às condições de trabalho dos professores da rede pública de educação básica.

Se considerarmos que as políticas públicas de educação não estão atendendo ao que de fato é necessário, pouco também temos conseguido avançar no ensino de linguagem. Os três eixos principais que temos percebido na condição de professores de Pesquisa e Prática de Ensino de

¹ Doutor em Estudos Literários. Docente da Faculdade de Educação/UFF.

Língua Portuguesa são: problemas na formação de professores, o baixo desempenho dos alunos da educação básica e o conteúdo ministrado ainda defasado e distanciado da realidade objetiva.

Neste artigo, atentando para o baixo desempenho dos alunos da educação básica, encontramos a interdição do acesso por parte dos professores ao acervo resultado de pesquisas relevantes sobre o ensino de língua. Tal interdição deve-se ao fato de que o resultado dessas pesquisas possui como base, de modo geral, a ausência de boa parte dos pesquisadores nas escolas de educação básica. Outra situação importante diz respeito às entrevistas de campo quase não serem realizadas com os alunos, a maior parte dos entrevistados é constituída de professores. Nesse sentido, as falas daqueles que formam a base do processo ensino/aprendizagem permanecem ainda, em grande medida, ocultadas em muitos resultados de pesquisas. Entende-se que os depoimentos dos alunos são de grande valia para compor o conjunto de características da política lingüística na educação básica, sobretudo porque esses alunos são os que mais sofrem as conseqüências dessa política.

1 Um pouco de história

Quando nos reportamos à história da formação da sociedade brasileira, vamos encontrar em Marques de Pombal a decretação de crime a todos aqueles que não falassem a Língua Portuguesa. Muitos negros oriundos da África, brancos oriundos de outros países da Europa, e até mesmo índios, foram duramente castigados nesse período. A imposição da Língua Portuguesa fazia parte da consolidação do poder de Portugal nessas novas terras, e assim foi preciso no entender do poder constituído, a imposição da cultura portuguesa pela consolidação da Língua Portuguesa como língua nacional.

Com o passar dos anos a política linguística é reconfigurada, mas mantendo a hegemonia e o poder político de Portugal. Essa reconfiguração estava assentada na idéia de produzir uma gramática normativa a ser disseminada em todos os grupos sociais, inclusive nas escolas que começaram a se expandir. E foi justamente através da escola que o aprendizado da Língua Portuguesa e sua propagação em todo o território nacional que se consolidaram as políticas públicas de educação e a política lingüística para todo o povo brasileiro.

Do período republicano aos nossos dias, as escolas se multiplicaram obedecendo a uma política já não tão em estreitos laços com o poder português, mas com os interesses das classes dominantes já “abrasileiradas” que foram dando seqüência ao mesmo estilo de dominação. As escolas foram incumbidas de educar linguisticamente para atender às demandas de uma nova de exploração das riquezas, sobretudo em função da aceleração da industrialização nas grandes capitais como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Não havia a preocupação de ensinar a língua portuguesa para a melhoria da qualidade das relações sociais e dos processos interativos. Os conteúdos estavam centrados no ensino de uma metalinguagem própria de quem se dedica aos estudos estritamente lingüísticos e o ensino da gramática normativa. Aqueles que conseguiam aprender ingressavam no mercado de trabalho para atender aos interesses do mercado sob o controle da burguesia.

Ao longo do século XX a industrialização se consolidou e trouxe a necessidade de, em certa medida, popularizar a educação em instância pública. Esta e outros benefícios sociais se impuseram, por um lado para atender ao capital industrial, por outro como um ajuste do capitalismo após a Revolução Socialista na URSS. Nesse século e início do século XXI os conteúdos de Língua Portuguesa nas escolas não se alteraram significativamente, pois os tópicos a serem ensinados permaneceram atrelados à gramática teórico-descritiva e à gramática tradicional. A pedagogia tecnicista se aprimorou na didática das línguas, uma vez que era preciso fortalecer a indústria, as instituições financeiras e comerciais geradoras dos grandes lucros para a burguesia brasileira e o imperialismo internacional.

2 Resultados da história

Os livros didáticos foram criados como material de apoio ao professor, mas se tornaram material substitutivo do professor, uma vez que assumiram o papel de transmissores de conhecimento do conteúdo de Língua Portuguesa. O professor, por sua vez, como material humano, passa a ser o tutor ou gerente do contato do aluno com o livro didático. Assim, o material humano não precisa transmitir o conhecimento, apenas controlar o processo de transmissão do conteúdo do livro didático ao aluno, o que também configura na política de educação uma política linguística de controle do “que aprender, como aprender, do que fazer, como fazer, do que dizer e como dizer”.

Os conteúdos da gramática normativa, entendida aqui como prescrição do bem falar e do bem escrever, se misturaram com os conteúdos próprios da gramática teórico-descritiva, e assim foi se disseminando de forma alienada nas políticas públicas de educação nas quais os professores de nada participavam na elaboração das políticas de ensino de suas disciplinas. Na disciplina Língua Portuguesa/Literatura, os livros didáticos passaram a ser apresentados como única referência dos professores em sala de aula, e cujos conteúdos são mostrados sem nenhuma fundamentação teórica, nenhum conceito de linguagem, de língua, de gramática e de literatura que norteiam a elaboração desses livros.

No plano econômico, o MEC se tornou o maior comprador de livros didáticos das editoras privadas. O objetivo seria atender às empresas e aquecer o capital dessas empresas atendendo, sobretudo, ao mercado do capital deixando-se em segundo plano às reais necessidades de educação do povo brasileiro. A lógica sociometabólica do capitalismo se instaura no processo educacional de forma quase inevitável.

3 Norma política e política da norma

A política econômica centrada na produção e venda de livros didáticos de língua e literatura e na formação de trabalhadores para o atendimento às necessidades do mercado capitalista configuram um quadro ideológico de manutenção e naturalização dos valores nos quais os seres humanos são diferentes, e tais diferenças estão na pobreza e na riqueza, no patrão e no empregado, nos donos dos meios de produção e nos trabalhadores que produzem as riquezas para os donos dos meios de produção.

A manutenção dessa lógica naturalizada é percebida em inúmeras instâncias, desde as empresas privadas até as instituições públicas. Do ensino técnico até o ensino formal nas escolas públicas e privadas. Em todas as disciplinas há a forte presença de um modelo de relações de poder, oriundos das políticas de educação.

No que tange ao ensino de língua/literatura não é diferente, pois essas relações também aqui se reproduzem como valores hegemônicos muito bem torneados nos discursos historicamente

constituídos. A norma política se resume no poder de um letrado sobre o não letrado, de quem conhece a prescrição da gramática normativa sobre quem não conhece essa gramática.

A história da constituição da norma coincide com a história da constituição do poder político. Sobretudo porque foi possível perceber na esfera desse poder a necessidade de uma afirmação do novo estado brasileiro. A elaboração da gramática portuguesa no Brasil foi uma das formas de consolidação do poder, uma vez que a variedade falada e escrita da classe dominante era distinta da variedade falada e pouco escrita do povo pobre e trabalhador. A legitimação dos falares populares precisava, e ainda precisa, do aval da classe detentora do poder político e econômico.

Por sua vez, a legitimação das escolas, e mais especificamente do ensino de língua, necessitava, e ainda necessita, desse mesmo aval. Tal aval foi construído ao longo do tempo de dominação para que as escolas atendessem as necessidades do mercado e dos seus controladores na produção e concentração do capital. Desse modo, os trabalhadores e seus filhos ficavam alijados de qualquer tipo de benefício social e econômico. Nos dias atuais, a política da norma gramatical persiste, apesar de alguns bons trabalhos de pesquisa que rompem ou tentam romper com essa lógica.

Percebe-se que a variedade padrão da língua já se distanciou da gramática normativa-prescritiva, o que proporcionou àqueles que se dedicam às pesquisas a elaboração de trabalhos mais progressistas. A conjugação verbal, por exemplo, já não é a mesma. O *eu estudo, tu estudas, ele estuda, nós estudamos, vós estudais, eles estudam* transformou-se em *eu estudo, tu estudas ou você estuda, ele estuda, nós estudamos, vocês estudam, eles estudam*. Esse distanciamento se deu por conta de a própria classe dominante se render à força do falar do povo. Entretanto, o que vemos nas escolas é a mesma repetição de sempre na conjugação verbal. Os alunos precisam aprender o que jamais aprenderão, até porque é desnecessário para o “exercício eficaz da cidadania”.

Estudos sociolinguísticos mais recentes apontam a necessidade de um deslocamento no plano da norma, ou seja, a norma gramatical precisa ser revista e adequada à realidade e a uma concepção de linguagem atualizada nas investigações científicas. Se entendermos que os significados são recriados nos processos interativos, nos quais os efeitos de sentidos são postos em circulação, os discursos sobre o ensino de língua estão na contramão dos resultados bastante palpáveis das

pesquisas. A norma não é estabelecida por um conjunto de estudiosos, e sim recriada ininterruptamente na interação entre os falantes. Coube assim aos pesquisadores comprometidos com uma concepção de gramática como um conjunto de regras aprendidas pelos falantes nos processos interativos a incumbência de registrar os falares para a elaboração de uma gramática. Foi assim com Ataliba de Castilho, quando organizou a Gramática do Português Falado (8 vols). Nesta exaustiva pesquisa, os pesquisadores com suas respectivas correntes teóricas investigaram minuciosamente o falar do povo brasileiro, o que resultou na Gramática do Português Brasileiro do mesmo Ataliba de Castilho.

Nesse sentido, o caminho estava aberto para o deslocamento da política da norma. A norma não poderia ser estabelecida pela classe detentora do poder, e sim pelos falantes da língua portuguesa no Brasil: o povo brasileiro.

4 Proposta de pesquisa

Tendo em vista a necessidade aqui apontada, pesquisas que caracterizem a política linguística no ensino de linguagem na educação básica podem levar em consideração as distintas visões de professores e alunos sobre o processo ensino-aprendizagem de língua e literatura. Embora algumas limitações pontuais limitem o alcance de uma fidelidade, os discursos de professores e alunos sobre as necessidades reais e concretas para um ensino que responda às expectativas de todos podem formar um quadro que proporcione a sistematização de ações que podem contribuir para a efetivação de um ensino que priorize a qualidade de vida e das interações na escola.

A preparação da pesquisa pode ser norteadada por uma concepção de linguagem como atividade constitutiva tal como compreende Calos Franchi (2012). Este nos apresenta um quadro com um sistema de referência linguístico e sua história de constituição, ou seja, todo o sistema de referência linguístico é constituído historicamente pelos falantes nos processo interativos através de ações com a linguagem e ações sobre a linguagem. As ações com a linguagem são aquelas que se configuram como um dos trabalhos dos sujeitos na elaboração do conteúdo a ser dito, e tal elaboração é processada conforme as intenções de dizer o que se tem a dizer em um determinado contexto social e - ou situacional. As ações sobre a linguagem dizem respeito às escolhas dos recursos expressivos utilizados, ou seja, as estratégias discursivas de dizer o que se tem a dizer.

Todo o processo, ininterrupto, vai constituindo o sistema de referência linguístico no decorrer da história. Tal sistema permanece à disposição dos falantes para o seu trabalho linguístico de recriar o dito e atualizar o sistema linguístico.

A norma linguística, por exemplo, é parte do sistema, uma vez que ela é um recorte das inúmeras possibilidades desse sistema. Da mesma forma, a norma é constantemente atualizada pelos falantes nos processos interativos, e assim a norma não é considerada estática, mas dinâmica. Isso não quer dizer que a norma se transforme em amontoado sem sentido, pois se fosse assim nós não nos comunicaríamos e viveríamos eternamente como o mito da Torre de Babel.

Entende-se aqui que há a necessidade de não só dar continuidade a uma ampla revisão na política educacional em nosso país, mas também na política linguística presente no ensino de Língua Portuguesa. O objetivo dessa ampla revisão é a qualificação de uma política que prime por uma pedagogia e por um ensino de língua portuguesa pautados nas reais necessidades concretas da população matriculada na rede pública de ensino. Tais necessidades são caracterizadas como concretas, sobretudo porque se trata de necessidades materiais para melhores condições de vida. E ainda, de necessidades de instrumentalização linguística dos alunos para a luta e conquista, em igualdade de condições, de qualificação de suas respectivas vidas e de suas respectivas comunidades.

Em resumo, a fundamentação teórica estaria assentada em dois pontos: a linguagem como atividade constitutiva e a política linguística. A primeira consiste em nos apresentar uma concepção de linguagem atrelada ao processo de produção de sentidos, ou seja, os discursos proferidos são norteados por efeitos de sentido que se quer dar, e recepcionados por efeitos de sentidos construídos no interlocutor no processo interlocutivo. A segunda consiste em nos apresentar a relação da política linguística a serviço de um poder constituído. Tal poder articula várias instâncias para perpetuar a dominação, inclusive a instância linguística, uma vez que sobrepõe a variedade falada e escrita do grupo detentor do poder político e econômico às variedades faladas ou escritas dos grupos dominados.

No que tange à concepção de linguagem como atividade constitutiva, Gerladi, (1996) circunscreve a didática das línguas como um dos aspectos a serem estudados orientados por tal concepção. No processo interativo efetivo, o autor apresenta a seguinte situação:

- o locutor tem o que dizer
- o locutor tem o instrumento (língua) para dizer
- o locutor tem para quem dizer
- o locutor encontra-se em um contexto social/cultural para dizer
- o dizer do locutor é uma recriação do já dito
- o dizer do locutor é dado a ler.

Em linhas gerais, a linguagem como atividade constitutiva é a relação dialética entre língua, cultura e sujeito que ininterruptamente movimenta a produção e efeitos de sentido dos discursos proferidos. Não se pode ver a linguagem destituída do sujeito e da cultura, nem estes destituídos da linguagem no processo de aquisição de linguagem, nem de qualquer outro processo interativo, inclusive no ensino/aprendizagem. A produção e os efeitos de sentido dizem respeito ao que diz Carlos Franchi (2000) quando afirma que a linguagem só pode ser concebida se levarmos em conta o plano semântico. Os significados estão no plano do sentido por ser este também ininterruptamente atualizado e recriado nos processos interativos entre humanos. E assim os significados vão se constituindo ininterruptamente na linha do tempo, da mesma forma o sujeito, a cultura e a língua.

Ao entendermos a linguagem como um sistema de referência historicamente em processo de constituição em função das ações dos sujeitos com e sobre a linguagem, vamos nos deparar com estas ações atreladas ao plano ideológico na constituição da cultura. A nossa classe dominante, por exemplo, vem utilizando uma imagem/uma concepção de língua que os seus antepassados dominadores construíram para o exercício de dominação dos outros grupos sociais. A gramática tradicional e os trabalhos científicos – sobretudo as gramáticas de vertente estruturalista – sobre a linguagem são utilizados como material didático para o ensino de Língua Portuguesa até os nossos dias nas escolas públicas.

As regras do bem falar e escrever na gramática normativa ainda constituem o grande norte no plano conceitual do ensino de língua, assim como o conhecimento metalinguístico presente em todas as gramáticas descritivas da língua portuguesa. Soma-se ainda o fato de os estudos sociolinguísticos serem descartados em todos os livros didáticos utilizados na rede pública de educação no Brasil. Assim, verificamos uma política linguística que não considera a língua como um conjunto de variedades faladas e escritas pela população brasileira, e sim uma política que destaca como pertinente somente uma das variedades: a padrão ou norma culta. É aquela que serve para a afirmação e manutenção do poder político.

Uma pesquisa nesse sentido justifica-se, sobretudo, por entender que sob o ponto de vista de uma pedagogia assentada na Educação Popular, os níveis de leitura e escrita de textos em Língua Portuguesa observados nos alunos, não representam as necessidades reais para a qualificação da vida e da luta por uma vida melhor para os alunos e comunidade.

Justifica-se ainda pela necessidade inequívoca de atualizar as pesquisas na área a fim de disponibilizar os seus resultados nos centros de pesquisa para que seja socializado. A socialização desses resultados é mais do que importante, uma vez que incentiva novos pesquisadores.

Podemos ainda rascunhar os seguintes objetivos:

- caracterizar a política linguística presente no processo ensino aprendizagem de língua portuguesa nas escolas públicas de educação básica;
- detectar as eventuais formas de superação de uma eventual política linguística desqualificadora da vida, do sujeito e da cultura;
- contribuir no processo de ampliação da pesquisa em Políticas Linguísticas nas escolas públicas de educação básica.

5 Metodologia e forma de análise dos resultados

A metodologia a ser empregada consiste na visita sistemática a um conjunto de escolas da rede pública estadual, cujo objetivo é a coleta de entrevistas a diretores, professores e alunos de cada uma das unidades escolares. Tais entrevistas serão realizadas através de depoimentos gravados com a devida autorização do entrevistado e depoimentos escritos. O conjunto de perguntas da entrevista será elaborado em conjunto com entre o coordenador e o bolsista, após as leituras prévias determinadas pelo coordenador.

Os discursos proferidos pelos diretores, professores e alunos serão analisados, observando-se os efeitos de sentidos que caracterizem a política linguística presente no ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa. As análises podem consistir em: caracterizar os conteúdos ministrados; caracterizar a didática e a metodologia de ensino empregada; caracterizar as variedades linguísticas utilizadas por escola (diretor/professor) e aluno; caracterizar a variedade linguística considerada de prestígio social e a(s) variedade(s) considerada(s) não prestigiada(s); caracterizar as eventuais formas de superação de uma política linguística eventualmente considerada equivocada por parte dos entrevistados.

6 Resultados esperados

Uma proposta de pesquisa assim esboçada espera como resultado uma caracterização o mais fiel possível de uma política linguística cerceadora da liberdade e injusta, o que resulta em outros esboços de uma reação rebelde do professorado e dos alunos da educação básica no sentido de criar mecanismos de superação dessa política de forma independente, desatrelada das políticas públicas oficiais e do aparato burocrático do sistema educacional.

Entende-se por política cercadora da liberdade uma política que interdita a criação-elaboração de outras formas de ensinar língua e literatura; de outras formas de escolha dos textos a serem produzidos e lidos nas aulas; de outros conteúdos de ensino pautados nas reais necessidades dos professores e alunos da escola pública.

Entende-se por política linguística injusta aquela que segrega as variedades linguísticas taxando-as de ilegítimas, e legitimando apenas a variedade de interesse da classe dominante. Detectando-se na escola esse núcleo da injustiça, a rebeldia se consolida rumo a uma consciência revolucionária que prime pelos interesses reais dos trabalhadores, dos professores e dos filhos dos trabalhadores que frequentam as escolas públicas.

Espera-se ainda como resultado a produção de textos escritos dos alunos e professores sobre temas variados dados a ler para a comunidade e para os centros acadêmicos de pesquisa. Portanto, espera-se a inversão da lógica de orientação vertical nas relações de poder para uma

relação horizontal, na qual os professores e alunos tomem as rédeas de seus próprios caminhos no ensino aprendizagem de língua e literatura.

Referências

- BAGNO, Marcos. *Gramática Pedagógica do português brasileiro*. Campinas: Parábola Editorial, 2012.
- BAKHTIN, Mikail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1991.
- BECHARA, Evanildo. *Ensino da gramática: opressão? Liberdade?* São Paulo: Ática, 1990.
- BRITTO, Luiz Percival Leme de. *A sombra do caos*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.
- _____. *Contra o consenso*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.
- FRANCHI, Carlos. *Mas o que é mesmo gramática?* Campinas: Parábola Editorial, 2006.
- _____. *Linguagem: atividade constitutiva*. Campinas: Parábola Editorial, 2011.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- GERALDI, João Wanderley (org.). *O texto na sala de aula*. São Paulo: Ática, 1990.
- _____. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- _____. *Linguagem e ensino*. Campinas: Mercado de Letras, 2000.
- GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- LAJOLO, Marisa. *Do mundo da leitura para a leitura do mundo*. São Paulo: Ática, 1999.
- _____; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1998.
- SABATO, Ernesto. *Homens e engrenagens*. Campinas: Papyrus, 1993.